

Para uma crítica radical do capital e das suas forças produtivas

For a radical critique of capital and its productive forces

Javier Blank

Comunicador Social pela *Escuela de Ciencias de la Información da Universidad Nacional de Córdoba* (Argentina) e Doutor em Serviço Social pela *Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*.

javier.blank@gmail.com

Telefone: (21) 22443784

Rua Fernandes Guimarães, 79 / Casa 2
CEP 22290-000 - Botafogo – Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo parte do diagnóstico de crise estrutural do capital e do papel destrutivo assumido pelo desenvolvimento tecnológico para postular a necessidade de uma crítica radical do capital. Por meio da crítica formal da sociedade moderna na obra de Marx, mostram-se as marcas do capital na conformação das forças produtivas. Sustenta-se, assim, a determinação das forças produtivas enquanto categoria histórica específica dessa forma social e a necessidade da sua abolição como um momento da superação do capital. Esta argumentação propõe-se como um combate contra as ilusões tecnologistas contemporâneas que fazem parte das ideologias de estabilização desse sistema decadente.

Palavras-chave

marxismo – crise estrutural - crítica radical - forças produtivas - tecnologia

Abstract

This paper begins with the diagnosis of the structural crisis of capital and the destructive role that technology development has assumed in order to postulate the need for a radical critique of capital. By way of Marx's formal critique of modern society, the imprints of capital in the conformation of productive forces are shown. This sustains the determination of productive forces as a specific historical category of that social form and the necessity of its abolition as a moment of the overcoming of capital. This argumentation presents itself as a fight against contemporary technological illusions that are part of stabilization ideologies of that decadent system.

Keywords

Marxism – structural crises - radical critique - productive forces - technology

A 3ª revolução tecnológica e o modo de produção capitalista

No decorrer do século XX, diante de profundas crises, previu-se que uma vez atingidos os seus resultados qualitativos, o capitalismo teria cumprido seu papel histórico, e as relações sociais estariam prontas para o socialismo. A resolução da crise em favor do capital não foi simplesmente o produto de desenvolvimentos econômicos, prova da alegada vitalidade do modo de produção capitalista ou uma justificação para sua existência. O fascismo e a Segunda Guerra Mundial criaram as condições prévias para que a crise fosse temporariamente resolvida em favor do capital. Essa constitui a base histórica para a terceira revolução tecnológica, para a terceira “onda longa com tonalidade expansionista” e para o capitalismo tardio. A terceira revolução tecnológica é fruto do modo de produção capitalista. O resultado conjunto das principais características econômicas da terceira revolução tecnológica é uma “tendência à intensificação de todas as contradições do modo de produção capitalista” (Mandel, 1985: 136-8).

“o capitalismo tardio, não é um declínio nas forças de produção mas um **acréscimo no parasitismo e no desperdício** paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A **incapacidade** inerente ao capitalismo tardio, de **generalizar as vastas potencialidades** da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição”. “Em termos absolutos, na era do capitalismo tardio vem ocorrendo uma **expansão mais rápida nas forças produtivas** do que em qualquer outra época [...] No entanto o resultado é lastimável” (*idem*: 150).

Com a expansão da economia capitalista ao fim da Segunda Guerra Mundial, o otimismo em relação ao futuro do socialismo foi “adiado para um tempo indeterminado”, e o século XXI revela-se como o da “atualidade da barbárie” (Menegat, 2006: 26). “O **esgotamento civilizatório** de fato ocorreu, mas ele **não corresponde** exatamente ao momento de **esgotamento do desenvolvimento das forças produtivas**. Estas possuem ainda um campo aberto para o seu crescimento, que já não se convertem num elemento de progresso, mas sim, de aberta regressão”. A ampliação na capacidade de apropriação e destruição da natureza vai junto com a ampliação da capacidade de domínio sobre os homens (Menegat, 2003: 211-4). Descobrimos então que a tendência antevista por Marx nos *Grundrisse* e n'*O Capital* da “**abolição do capital por meio de si mesmo**” (Gr I, 362; C I, 23, 954)¹ está longe de ser agradável. As considerações nos seus *Grundrisse* levaram a algumas leituras celebratórias que

¹ Como referência à obra *O Capital* utilizo a letra C, seguida do número do livro em número romano, do número do capítulo, e finalmente do número da página. Os *Grundrisse* serão referidos com Gr. seguido do número do volume em romano e do número de página. As citações são tradução minha das edições em espanhol da editorial Siglo XXI.

apontariam a que “nos encontramos já para lá da sociedade baseada no valor”, a uma “transformação imperceptível do capitalismo numa outra forma de produção”. Na verdade, explicam “um novo *potencial de crise*”, provocada pela cisão entre produção material e produção de valor. As forças científicas, o *general intellect*, só pertencem à humanidade inteira no plano material, pois no plano da organização social, a produção permanece sob a influência dominante do valor, e a reprodução de cada um passa por despendar a sua força de trabalho (Jappe, 2006: 115-6). As formas básicas da reprodução capitalista continuam encaixando forçosamente as potências substancial-materiais que gerou no seu desenvolvimento cego. “A consequência é a transformação das forças produtivas em **potenciais destrutivos**, que provocam catástrofes ecológicas e sócio-econômicas” (Kurz, 1992: 226-7). Em termos de Kurz (*idem*: 228), a humanidade “foi socializada de forma *comunista* no nível substancial-material e 'técnico’”. Trata-se de um “**comunismo das coisas**, como entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana [mas] dirigido pela estrutura cega e tautológica do automovimento do dinheiro”, na “forma *errada e negativa*, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias”. Nos termos de Menegat (2003: 191-3) aquela promessa do *general intellect* deu na **formação inconsciente dessa forma de órgãos imediatos da prática social**. Essa determinação é central para compreender a distorção do caráter civilizatório desse desenvolvimento. Por exemplo, as formas eletrônicas de comunicação como manifestação da feição autoritária que assume esse órgão. Desta maneira, “a mediação, como uma categoria fundamental da dialética da razão [...] é assumida pelos artefatos da indústria cultural e desaparece da vida social” (Menegat, 2006: 260). Um ponto central é que o adensamento do conhecimento social geral não representou qualquer avanço da autocompreensão da sociedade. Isso leva a problematizar a pressuposição de uma tendência ao aumento da capacidade crítico-reflexiva dos indivíduos, e da resistência e organização dos trabalhadores, como resultado do processo lógico de desenvolvimento das contradições do capital (*idem*: 195-6). O impasse que daí surge está contido na análise de Marcuse (1981: 36-7) segundo a qual a **racionalidade crítica** é pré-requisito para a função libertadora do proletariado, donde “a noção de um período prolongado de barbarismo, em contraste com a alternativa socialista – barbarismo baseado nas realizações técnicas e científicas da civilização” (Marcuse, 1999: 81). O conceito de **barbárie**, desenvolvido por Menegat, “corrige o determinismo que estava implícito no otimismo do movimento operário” (Menegat, 2006: 27). A automaticidade do salto ao comunismo é problematizada pela determinação das bases objetivas do domínio do capital como um poder autônomo, isto é, pela compreensão crítica do capital como sujeito autônomo da sociedade burguesa. Isso

impossibilita “vislumbrar no progresso das forças de objetivação humana uma revelação de um projeto emancipatório” (*idem*: 240-3). A crítica da barbárie exige a compreensão dos **desdobramentos civilizatórios** que os impasses desta produzem (Menegat, 2003: 180), o que leva o autor a considerar um complexo de problemas em torno à “**regressão antropológica do indivíduo**” (Cfr. *idem*: 127-137), e faz possível entender o “**descompasso entre a maturidade das forças produtivas da sociedade e a menoridade dos indivíduos**” (*idem*: 67). O processo em curso consiste, então, numa crescente socialização da produção que não desenvolve as estruturas de pensamento e as instituições de mediação social requeridas para sua autocompreensão.

A crise estrutural do capital e a persistência infundada de certas ilusões

É possível perceber apreender o caráter destrutivo desse processo de desenvolvimento e auto-negação do capital ao compreender que a história do capitalismo não é uma simples sucessão de estruturas mas um *processo histórico de generalização dos próprios critérios*, que deve prosseguir em níveis cada vez mais elevados, sem jamais poder voltar atrás. Nessa dinâmica autodestrutiva, a sua vitória absoluta deve coincidir historicamente com o seu *limite absoluto* (Kurz, 1995). Surge disso uma periodização do capitalismo na qual cada período implica em mudanças qualitativas. Beinstein (2008, 2009a) propõe a periodização entre capitalismo jovem, maduro e senil (o fato de uma analogia com o mundo biológico servir tão bem de auxílio na compreensão do mundo social é uma evidência do grau e como este último se tornou uma “segunda natureza”). O período de capitalismo maduro corresponde ao momento de **expansão fordista**. A expansão deveu-se à combinação de novas indústrias e de novas necessidades de massas. Houve um salto no desenvolvimento social que fez entrar no grande consumo de massas produtos antes restritos e criou novos produtos massivos desde a origem (como a rádio e a televisão) (Kurz, 1995). Corresponde a esse período um papel específico da inovação tecnológica. O economista austríaco Joseph Schumpeter desenvolveu um conceito de “ondas longas” baseado na “atividade inovadora dos empresários”. Ele enfatizava a dinâmica inovadora onde interagiam diversos progressos técnicos revolucionários produzindo um salto qualitativo. Na leitura de Mandel, as notáveis personalidades dos empresários de Schumpeter, predispostos aos aperfeiçoamentos que fazem época, desempenham um papel de *deus ex machina* arbitrário. O problema de saber por que motivo as inovações são introduzidas em escala maciça em determinados períodos não pode ser satisfatoriamente

resolvido sem um tratamento mais minucioso de dois fatores inadequadamente explorados por Schumpeter: o papel da tecnologia produtiva e as flutuações a longo prazo na taxa de lucros. Uma tendência expansionista a longo prazo na acumulação de capital exige uma elevação abrupta na taxa média de lucros e uma expansão considerável do mercado. Só então “a atividade investidora conseguirá se apoderar dos descobrimentos técnicos capazes de revolucionar a totalidade da indústria” (Mandel, 1985: 95-101). Acontece que a “**destruição criadora**” das inovações (conceito cunhado por Schumpeter), referia-se à experiência do capitalismo ascendente, quando a *aceleração da demanda* incitava o incremento e diversificação da produção e as novas técnicas permitiam ao mesmo tempo elevar a produtividade e aumentar o emprego, o que por sua vez ampliava a demanda. Tratar-se-ia de um círculo virtuoso entre inovação e crescimento, no qual a inovação tecnológica aparece como motor da prosperidade (Beinstein, 1999: 290-2). Mas o **mecanismo de compensação** no qual a produção de mercadorias “suga seu próprio futuro” funciona enquanto o modo de produção continua a expandir-se. Essa expansão só funcionou enquanto os investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e para a ampliação superaram em medida suficiente os investimentos destinados ao desenvolvimento de novos procedimentos e à racionalização. A identificação entre produtividade e acumulação só é válida quando o aumento da produtividade é menor que a ampliação dos mercados internos e externos por ele possibilitado. **A expansão fordista encobriu por mais de meio século a crise estrutural nascida da expansão contemporânea do trabalho improdutivo.** O crescimento absoluto da substância real de valor, pela expansão do trabalho produtivo, compensava o aumento absoluto e relativo dos setores improdutivos. Decisiva para a reprodução sob a forma-mercadoria é, porém, a expansão da substância real de valor e das suas formas sociais de mediação, ocultas por trás da “fenomenologia do fordismo”. A expansão fordista nada mais podia ser desde o início do que um processo histórico circunscrito, um estágio irrepitível de transição na história interna do capitalismo (Kurz, 1995). Na análise de Beinstein (2009b) o *capitalismo senil*, iniciado nos anos 70, no qual se desenvolveu uma *crise crônica de sobreprodução* que acelerou a financeirização do capitalismo até torná-la hegemônica. Essa crise, associada à super-exploração dos recursos naturais, aponta em direção a uma crise geral de *subprodução*, iniciada com as crises energética e alimentar. O sistema tecnológico do capitalismo, que proclamava ter acabado com as crises de subprodução das civilizações anteriores, acaba gerando a maior crise de *subprodução* planetária da história humana. Como bem aponta Mandel (1985: 192-200, e também 1998), “as crises de sobreprodução são *simultaneamente crises de sobre-acumulação de capital e crises de sobreprodução de*

mercadorias”. A consequência importante disso é que “a crise só pode ser superada se há simultaneamente um aumento da taxa de lucro e uma expansão do mercado”, invalidando as propostas unilaterais de consequências reformistas, i.e. a proposta do aumento dos salários e da distribuição da renda nacional como saída da crise. Afirmar que a sobreprodução ocorre quando a mais-valia produzida não se “realiza” suficientemente, por falta de poder de compra, leva à argumentação de que o poder de compra teria de ser reforçado para impulsionar a economia. No entanto, “a falta de poder de compra significa, na realidade, que **foi produzida muito pouca mais-valia**”, e é essa a *essência da crise* (Kurz, 2009b). Essa crise vai se manifestando de diferentes maneiras em diferentes lugares do sistema mundial. Há um processo internacional estendido que começa com a crise monetária de 1971 e o primeiro choque petrolífero de 1973, segue com a estagflação, a crise da dívida na periferia a começos dos anos 80, a crise financeira de 1987, a crise mexicana de fins de 1994, e segue... (Beinstein, 1999: 25-6). Assim, há uma verdadeira “**trajetória geográfica da crise**” que vai dos anos 70 nos países centrais às evasões de fundos da periferia para o centro nos 80s e 90s, e em 1997, com o esfriamento periférico, a crise se reinstala no seu lugar de origem. Agora a simultaneidade das crises que não é casual nem se dá por “contágio” (Beinstein, 1999: 235-8). Por trás dessa trajetória é fundamental compreender que

“a **causa da crise** é a mesma para *todas* as partes do sistema mundial produtor de mercadorias: a **diminuição histórica da substância de 'trabalho abstrato', em consequência da alta produtividade** ('força produtiva ciência') alcançada pela mediação da concorrência” (Kurz, 1992: 220).

A determinação da crise leva Kurz (Cfr. 1995) a analisar o processo de dessubstancialização do dinheiro pelo qual uma quantidade crescente de dinheiro creditício “sem substância”, é tratado “como se” passasse por um processo real de valorização. Então, o “capital que rende juros” se destaca cada vez mais do processo real de valorização e se torna *capital fictício*.

Para Beinstein (1999: 297), o **capitalismo senil** é o “avanço irresistível da decrepitude”, é um “fenômeno de envelhecimento avançado do sistema que aplica todo seu complexo instrumental anti-crise acumulado numa longa história bissecular mas que, a despeito disso, não consegue impedir o agravamento de suas doenças, sua decadência (é um *corpo moribundo que ainda luta por sobreviver...*)” (Cfr. 2009). Num quarto período, com o estouro simultâneo de todas as crises, o autor prevê a entrada do sistema em *colapso*. Kurz, por sua vez, aponta que a distância inexoravelmente crescente entre dinheiro creditício e substância abstrata do trabalho deve conduzir ao colapso. Já em 1995, para o autor o coração mundial já

tinha parado de bater e não fazia mais que simular a acumulação capitalista com expedientes monetários. De corpo moribundo o capitalismo passa a ser um “**cadáver ambulante**”, processo que é acompanhado pela constituição de “sociedades pós-catastróficas” (Kurz, 1992: 167). Para Kurz (1995), a base da reprodução capitalista já alcançou o seu **limite absoluto**, ainda que o seu colapso (no sentido substancial) não se tenha realizado no plano fenomênico formal. O colapso implica um processo, imprevisível nos seus detalhes operacionais, de desvalorização da liquidez fictícia criada sem um fundamento na produção de capital. Inflação e deflação são duas formas do mesmo processo de desvalorização. É uma **desvalorização destrutiva**. A ampliação potencial já não é dada pois o nível de produtividade torna-se demasiado elevado e a racionalização cresce mais rapidamente que a expansão dos mercados. “O trabalho improdutivo global superou um limiar histórico crítico [...] e a sociedade mundial cientifizada está agora demasiado crescida para caber nas formas do sistema produtor de mercadorias”. O colapso manifesta-se então como um processo. O processo que estamos vivendo.

Um corolário da determinação da senilidade do capitalismo e da entrada no processo de colapso é a demonstração do caráter infundado de um conjunto de **ilusões** que constroem ainda o horizonte de um capitalismo rejuvenescido: a ilusão da manutenção do papel virtuoso das inovações tecnológicas e das bolhas financeiras; da função de limpeza das crises; da chegada de um novo ciclo de expansão; do horizonte de desenvolvimento na periferia capitalista; da volta de algum tipo de keynesianismo-fordismo.

Aceitando a formulação de Beinstein, Samir Amin (2002: 100) afirma que a senilidade do sistema se exprime pela substituição da “destruição criadora” (quando no ponto de partida há aceleração da demanda) pela “destruição não criadora” (quando no ponto de partida há abrandamento da demanda). A inversão nas relações entre a dimensão construtiva e a destrutiva, deveriam marcar, para Amin, o ***fim das ilusões nas periferias*** de alcançar os outros no interior do sistema global. Assim, se contrapõe às teses que colocam o capitalismo como um horizonte intransponível e denuncia o consenso, que “reúne doutrinários liberais, reformistas moderados e mesmo aqueles reformistas consequentes que abandonaram progressivamente o seu *radicalismo* de origem”, em torno à ideia de que a atual crise estrutural deverá ser superada sem o abandono necessário das regras fundamentais que comandam a vida econômica e social específica do capitalismo.

Mas, apesar das evidências, **ora por honesta cegueira, ora por encobrimento deliberado, as ilusões continuam**. No caso específico do desenvolvimento tecnológico, a hegemonia da **ideologia do progresso** e do discurso produtivista, que “apanhou também boa parte do

anticapitalismo” instalou a ideia de que “o capitalismo, ao contrário de civilizações anteriores, não acumulava parasitismo mas forças produtivas que ao se expandirem criavam problemas de inadaptação superáveis ao interior do sistema mundial, resolvidos através de processos de 'destruição criadora”. O parasitismo era considerado uma forma de atraso ou uma degeneração passageira. A marcha irrefreável do desenvolvimento das forças produtivas enfrentariam finalmente o **bloqueio** das relações capitalistas de produção. A ilusão do progresso indefinido ocultou a perspectiva da decadência e “deixou o pensamento crítico na metade do caminho, tirou-lhe radicalidade” (Beinstein, 2009c).

O pacto entre as forças produtivas e as relações de produção

No “prefácio” de *Para a crítica da economia política* de 1859, Marx formulou de maneira célebre:

“Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social” (1987: 30).

Mas acontece que

“a contradição entre forças produtivas e relações de produção só conduz à crise absoluta no final da história sistêmica de desenvolvimento e no limiar da superação. Mas desde o início ela foi também o motor interno do desenvolvimento capitalista que levou a crises relativas ('crises de afirmação') e superou as formações históricas obsoletas do sistema produtor de mercadorias”. A questão é que “**coube involuntariamente ao marxismo/socialismo [...] a tarefa de representar as forças produtivas (fordistas) mais progressivas** do momento para um novo surto de desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias” (Kurz, 1997).

No momento em que atingimos o limite da história sistêmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas não está aberto o caminho para a sua superação, boa parte da esquerda postula (cada vez mais voluntariamente) a tarefa de representar as forças produtivas mais progressivas do momento para um novo surto de desenvolvimento. E, então, continua sendo válido que

“o esquema de Marx sobre o papel das forças produtivas foi mobilizado pelo marxismo histórico somente em relação à **história interna do sistema produtor de mercadorias**, mas não no que se refere à superação desse próprio sistema” (Kurz, 1997).

Se em tese o aumento quantitativo de um dos momentos da contradição exigiria uma mudança

qualitativa do outro polo, o impasse histórico no qual estamos revela um “nexo”, ao invés de uma fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. No **pacto que se realiza entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas**, as primeiras entregam a sua forma específica de racionalidade às segundas. Na espera da crise entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, descuida-se essa “continuidade lógica entre os polos”, e o “poder das forças produtivas como meio de manutenção e continuidade das atuais relações de produção” (Cfr. Menegat, 2003: 36-7, 45, 64 e 179; e 2006: 76).

Na leitura de Adorno (Cfr. 1986), a marca de nossa época é a predominância das relações de produção sobre as forças produtivas. Desse impasse Adorno deduz que é inaceitável sobretudo para a teoria dialética estabelecer as forças produtivas e as relações de produção simplesmente como polos opostos. Essas categorias são delimitadas uma pela outra, cada uma contém a outra nela mesma. Portanto, se por um lado essas categorias devem ser diferenciadas, devemos usar constantemente uma como meio para compreender a outra. Historicizando o desenvolvimento dessas categorias, afirma que **as forças produtivas estão, mais do que nunca, mediadas pelas relações de produção**. Assim, percebendo que a exigência de crescimento acelerado da produção em regiões subdesenvolvidas requereu uma administração ditatorial, Adorno mostra que do desbloqueio das forças produtivas surgiram grilhões renovados, aqueles das relações de produção. A polarização entre as categorias forças produtivas e relações de produção constitui já em si um equívoco na compreensão categorial do modo de produção capitalista. No entanto, esse equívoco se torna mais flagrante, a teoria que nele se sustenta cada vez menos explicativa, e a prática que nele se informa cada vez mais infecunda, na medida em que as forças produtivas são cada vez mais mediadas pelas relações de produção. Quando as forças produtivas se tornam tão completamente mediadas pelas relações de produção, estas últimas aparecem como sua essência, tornam-se completamente uma segunda natureza. E ao mesmo tempo, o domínio das relações de produção sobre os seres humanos exige sobretudo o estado completamente maduro de desenvolvimento das forças produtivas. Essa condição em que as relações de produção se tornam uma segunda natureza, explica a questão das promessas incumpridas do progresso: por um lado, a impossibilidade de efetivar essas promessas; por outro lado, a permanência da ilusão. As relações de produção, enquanto essência invisível das forças produtivas, comandam de maneira oculta o processo do seu desenvolvimento. Para Adorno, que as forças de produção e as relações de produção atualmente sejam uma, e que se possa **construir imediatamente a sociedade desde o ponto de vista das forças produtivas**, assinala que a sociedade atual é aparência socialmente

necessária. Essa aparência socialmente necessária é a base real para as análises que hipostasiam a dimensão técnica na análise da realidade, e para as ilusões que se ancoram exclusivamente nessa dimensão. O “triumfo da produtividade técnica mantém a ilusão de que a utopia, incompatível com as relações de produção, tem sido já realizada em seu reino”. Mas “as contradições tornam aquilo que é possível ao mesmo tempo impossível”. Na leitura de Postone (2009: 320-5), a teoria da sociedade pós-industrial nos chama a atenção para o tremendo potencial que tem sido gerado sob o capitalismo, e que poderia melhorar a vida das massas. No entanto, “abstraindo dos constrangimentos do capital”, “chega a **modelos lineares cujo fracasso não pode explicar**”.

A mediação crescente entre as forças produtivas e as relações de produção implicou um desafio para a teoria, que levou a um conjunto de intelectuais ao abandono do que entendiam como campo de referência da teoria marxista, pela perda de seu caráter explicativo. Mas, longe de superá-la, **acabaram re-pondo aquela polaridade entre forças produtivas e relações de produção**, revestindo-a com outros nomes, hipostasiando a análise das forças produtivas, e apagando a análise das relações de produção, sem percebê-las ocultas como segunda natureza. Produtividade, desenvolvimento de **forças produtivas**, inovação, continuam em pé no sistema teórico de boa parte de uma geração intelectual, agora **perdendo qualquer tipo de radicalidade**. A des-radicalização intelectual é uma transformação da **racionalidade, de força crítica em força de ajuste e submissão**. Indivíduo, autonomia, liberdade, ficam submetidos racionalmente aos ditames do aparato. As categorias do pensamento crítico viram força de submissão pós derrota das forças da esquerda e reestruturação capitalista².

A promessa dos resultados qualitativos que devia gerar o desenvolvimento capitalista, como base para a emancipação, pode ser avaliada como um valor de verdade crítico. A racionalidade crítica interpretava ali o processo social em termos das potencialidades que continha. A **racionalidade tecnológica mantém a estima pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas eliminando qualquer objetivo ou valor transcendente**. Ao contrário, a compreensão dos limites do capitalismo faz perceber que **a crise estrutural agrava o caráter destrutivo das forças produtivas**.

Uma crítica que aponte para uma superação radical do capital, deverá deter-se (radicalmente)

² Na minha tese de doutorado, *Manuel Castells, as forças produtivas e a des-radicalização de uma geração intelectual*, apresentada na Escola de Serviço Social da UFRJ em 2010, eu analiso a trajetória intelectual do sociólogo Manuel Castells como caso expressivo do processo de des-radicalização intelectual de uma geração; nesse percurso, a permanência da questão do desenvolvimento das forças produtivas tem um papel fundamental. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=201531

na questão das forças produtivas. O resultado lastimável do espetacular avanço das forças produtivas está inscrito no coração das forças produtivas enquanto potência produtiva humana abstrata e autonomizada. As forças produtivas contém em si o caráter dual de uma promessa impossível de se efetivar. É preciso compreender que as “**promessas incumpridas**” fazem parte da dinâmica histórica específica do capital. “Que o capital tenha ambas as dimensões de valor e valor de uso é fonte de sua dinâmica histórica única, uma dinâmica que aponta para um futuro além dela mesma, enquanto constringe a realização desse futuro” (Postone, 2009: 315-7).

A crítica formal da sociedade moderna e de suas abstrações reais

Numa perspectiva de crítica do valor (que mobiliza autores como Rubin, Rosdolsky, Kurz, Jappe, Postone, entre outros) a leitura da obra de Marx enfatiza o **caráter histórico das categorias** valor e trabalho enquanto categorias específicas do modo de produção capitalista. Desta maneira, diferencia-se do apego do marxismo tradicional a um caráter **ontológico** e a-histórico destas categorias, isto é, a suposição de que elas têm uma transcendência a-histórica (Cfr. Postone, 2006 e 2009).

A distinção de Marx entre **valor** e riqueza material é “entre uma forma de riqueza determinada pelo dispêndio de tempo e uma baseada na natureza e quantidade de bens produzidos” (Postone, 2009: 315). O valor é um tipo específico de riqueza que **depende do “tempo de trabalho e da magnitude** do trabalho empregado” (Postone, 2006: 69). Na produção de valor é apenas e exclusivamente o dispêndio de força de trabalho que conta, sem consideração do valor de uso em que esse dispêndio se realiza. O **valor** é a cristalização da geleia de trabalho abstrato, despido de sua forma concreta (Jappe, 2006: 30). Essa distinção é fundamental e permite compreender que a produção de valor “não enriquece a sociedade”, a sobreprodução de valor significa “demasiada riqueza sob as respectivas formas capitalistas”, “o trabalho enquanto concebido como criador de valor, não produz conteúdo algum. Não cria nem produtos, nem serviços, mas apenas uma forma pura” (*idem*: 53-4). O **trabalho**, essa “**abstração da atividade reprodutiva**”, nasceu apenas com o moderno sistema produtor de mercadorias. Em muitas culturas não existia um conceito abstrato de trabalho mas diversos conceitos concretos e contextuais de atividade (Kurz, 1995). A distinção entre trabalho abstrato e concreto conduz a pôr em discussão “não apenas o 'trabalho abstrato', mas também o trabalho enquanto tal”. É que o trabalho é um fenômeno histórico que só existe nas

circunstancias em que existam o trabalho abstrato e o valor. Ainda, o conceito de trabalho concreto “é ele mesmo uma abstração, porque nele se separa, no espaço e no tempo, uma certa forma de atividade do campo conjunto das atividades humanas: o consumo, o jogo e a diversão, o ritual, a participação nos assuntos coletivos”. O trabalho, é, pois “uma maneira especificamente moderna de organizar as atividades produtivas sob forma de esfera separada” que se tornou “autônoma e superior às outras”. “Somente no capitalismo o trabalho enquanto tal se converteu em *princípio de síntese* da sociedade. Só aqui a transformação tautológica do trabalho vivo em trabalho morto se torna o princípio organizador de todas as atividades, de tal maneira que estas não existem senão em função dela” (Jappe, 2006: 110-1 e 117-9).

Aqui propomos que essa determinação do valor e do trabalho enquanto categorias específicas do capital **deve ser estendida à categoria forças produtivas**. Daí decorre uma crítica à ontologização dessa categoria. O marxismo tradicional concebe as forças produtivas enquanto *dimensão puramente técnica*, extrínseca ao capitalismo e travada pelas relações sociais capitalistas. Isso implica numa noção das forças produtivas de caráter antropológico que expressaria determinadas objetivações na relação do homem com a natureza que podemos encontrar em todas as sociedades. A noção antropológica das forças produtivas perde uma especificidade histórica fundamental. A própria separação entre forças produtivas e relações de produção não é ontológica, isto é, transistórica e válida para todo o desenvolvimento da humanidade, mas é dada por uma condição específica na qual a técnica passa a se desenvolver de maneira autonomizada como forma do capital. A força produtiva é essa maneira especificamente capitalista de desenvolver e empregar a técnica, na forma de uma esfera autonomizada. O que pretendemos mostrar é que a categoria forças produtivas só tem validade sob o modo de produção capitalista. Ainda, a extensão que estamos propondo da determinação do valor e do trabalho enquanto categorias específicas do capital para a categoria forças produtivas, não é uma mera analogia. Eles são campos autonomizados vinculados entre si pois, enquanto “atividades quantificadoras que obedecem a princípios abstratos” (Menegat, 2003: 35), a constituição das categorias **historicamente específicas de valor, trabalho e força produtiva fazem parte de um mesmo processo lógico-histórico**. O capitalismo só nasceu com a transformação dos meios de produção e da força de trabalho humana em capital industrial (Kurz, 1995). Mas não é o desenvolvimento das forças produtivas o que explica a origem do capitalismo. Ao contrário, a premissa de Marx é que o que deve ser explicado é exatamente a origem do **impulso distintivo do capitalismo** a transformar as forças produtivas. “O impulso a **transformar as forças produtivas** não foi a causa mas o resultado de uma transformação nas relações de produção e de classe” (Wood, 2000: 160-1). Ellen

Wood chama a atenção para o fato de que nas próprias descrições de Marx sobre as transições históricas, o desenvolvimento das forças produtivas representa um pequeno papel como motor primário. E, ao mesmo tempo, “o **trabalho abstrato** é menos uma pressuposição do que uma **consequência do desenvolvimento capitalista das forças produtivas**” (Jappe, 2006: 87). O trabalho, enquanto *labor*; estafa e moléstia, ocupava o horizonte da vida da maioria das pessoas, devido ao “grau de desenvolvimento relativamente baixo das forças produtivas”. Numa inversão dessa lógica, no sistema produtor de mercadorias, à medida que as forças produtivas rompem a coação e a prisão da “primeira natureza”, passam a ser presas numa coação social secundária, inconscientemente produzida. Precisamente “nessa inversão origina-se o caráter do trabalho moderno, de atividade que traz em si sua própria finalidade” (Kurz, 1992: 23-28).

Na sua **crítica formal** da sociedade moderna, Marx identificou na mercadoria a forma elementar da sociedade burguesa, que encerra os traços essenciais do modo de produção capitalista. A contradição entre o abstrato e o concreto contida na mercadoria regressa em cada estágio de análise, constituindo a contradição fundamental da formação social capitalista (Jappe, 2006: 37). A exposição conceitual da lógica da mercadoria é a descrição mais adequada “dessa dominação da forma sobre o conteúdo” (*idem*: 173). Na relação entre a circulação simples de mercadorias e a circulação do capital, Marx se pergunta como “uma diferença puramente formal haveria de transformar como por arte de magia a natureza desses processos” (C I, 4, 190). Na transformação em momento de um processo maior, Marx se inspira “na figura lógica da 'Aufhebung' hegeliana, significando tanto a negação como a conservação, momentos opostos da elevação ou superação de uma forma pela outra, em que a mais elevada dá à anterior um novo fundamento, conservando-a apenas em função deste e não em si mesma” (Grespan, 1999: 111). Com o conceito de **abstração real**, é “a subordinação muito real do conteúdo concreto à forma abstrata que é posta em discussão” (Jappe, 2006: 74).

É possível apreender na exposição de *O Capital* o vínculo entre as categorias valor, trabalho e forças produtivas. Os primeiros quatro capítulos são fundamentais na construção categorial do modo de produção capitalista. Neles, a categoria valor vai sendo analisada na sua forma e conteúdo, vai sendo apresentada, desenvolvida. É de fundamental importância compreender o sentido do **valor** nessa forma específica de sociabilidade que é a burguesa, baseada numa “dualidade fundamental entre o caráter imediatamente privado e aquele só mediadamente social do trabalho” (Grespan, 1999: 60). O valor é o nexos social de produtores privados, que se apresenta como relações entre coisas (C I, 3, 131). Daí o fetichismo, analisado por Marx

não como mera ilusão mas como aparência necessária dessa forma de sociabilidade. O caráter fetichista do mundo das mercadorias origina-se “na peculiar índole social do trabalho que produz mercadorias” (C I, 1, 88-9). Depois de uma longa pesquisa, na qual dialoga criticamente com a economia política clássica, Marx chega a um resultado fundamental na sua compreensão do modo de produção capitalista: **a natureza dual da mercadoria** enquanto valor de uso e valor, e a correspondente natureza dual do trabalho inserido na mercadoria, trabalho concreto e abstrato (C I, 1, 51). Isaak Illich Rubin, no seu estudo clássico de 1928, distingue os diferentes aspectos nos quais deve ser considerado o valor: a magnitude, a forma e a substância (conteúdo). **O trabalho abstrato é a substância** que se expressa no valor de um produto do trabalho (Rubin, 1980: 90). O trabalho abstrato, trabalho despido do seu caráter útil de produtor de valores de uso, é uma “objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi dispendida”. **A magnitude do valor está determinada pelo “tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de valor de uso”**. Socialmente necessário quer dizer “nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (C I, 1, 47-8). O tempo de trabalho na formação de valor “conta unicamente na medida em que o tempo gasto para a produção do valor de uso seja *socialmente necessário*”, ou seja, o “tempo supérfluo não geraria valor ou dinheiro” (C I, 5, 237).

Ao tratar da transformação do dinheiro em capital, Marx contrapõe a *circulação mercantil simples* (simbolizada na fórmula M-D-M) com a *circulação do dinheiro enquanto capital* (D-M-D'). Ele mostra como “o dinheiro, obedecendo a uma necessidade social derivada das circunstâncias do processo de circulação, se converte em *fim último da venda*” (C I, 3, 166). É de fundamental importância atentar para a diferença qualitativa, essencial, existente entre os dois circuitos. Na transformação do dinheiro em capital ocorre uma mudança fundamental. A circulação simples de mercadorias, cuja finalidade é a procura de um valor de uso para satisfazer uma necessidade, é subsumida pela produção capitalista. Nesta, não se vende para comprar, mas se compra para vender. A finalidade mudou: da satisfação de uma necessidade através da obtenção de um valor de uso, passa-se agora à procura infinita de mais valor. O início e o fim da compra para a venda é o mesmo: dinheiro. Por isso, é um processo sem término. O movimento do capital, assim, “carece de medida” (C I, 4, 185-6). Na infinitude deste movimento, sem referência externa ao capital, reside uma primeira desmedida do processo capitalista de acumulação, a medida da autovalorização (Grespan, 1999: 130). Em outras palavras, Marx deduz a desmedida do capital do próprio conceito de capital, da

contradição entre o caráter qualitativamente ilimitado e quantitativamente limitado do dinheiro (Jappe, 2006: 132). Nesse processo desmedido, o valor que se auto-valoriza, o capital, torna-se um “sujeito automático”; o valor torna-se o “sujeito de um processo no qual, mudando continuamente as formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria magnitude” (C I, 4, 188). Esse é um ponto crucial da exposição pois o capital enquanto “sujeito automático” é o resultado do desenvolvimento da categoria valor e é o ponto de partida para a análise posterior das transformações que o capital produz comandando o processo de valorização. A potencialidade crítica da análise marxiana está na compreensão da metamorfose que sofre o processo do trabalho e o processo de reprodução social como um todo, comandado pelo processo de valorização. Assim, não há oposição entre um e outro mas **transmutação do processo de trabalho pelo processo de valorização**. “A ideia do caráter duplo da mercadoria enquanto valor e valor de uso revela-se claramente como parte de uma análise crítica que vai além de uma recusa romântica do abstrato (valor) em nome do concreto (valor-de-uso)” (Postone, 2009). Marx atribui ao **processo de trabalho** uma dimensão qualitativa e ao **processo de valorização** uma dimensão quantitativa, correspondente à distinção entre valor de uso e valor, entre trabalho concreto e trabalho abstrato (C I, 5, 237). A máquina enquanto instrumento de trabalho cumpre com as exigências do processo de trabalho, produzir um valor de uso. A máquina enquanto momento do capital cumpre com as exigências do processo de valorização, a valorização do valor, a produção de mais-valia. Encontramos em Marx referências ao ponto de vista do processo de trabalho e ao ponto de vista do processo de valorização (Cfr. C I, 6, 253). Mas essa referência aos *pontos de vista* não está aludindo à perspectiva de análise do observador. O que Marx mostra é que o processo de valorização, qualitativamente diferente do processo de trabalho, por ter outra finalidade, comanda o processo de trabalho. Essa subsunção do processo de trabalho numa outra totalidade, o processo de valorização, implica uma metamorfose, uma mudança de natureza. Transforma-se o modo de produção, o próprio processo de trabalho. Só num nível extremamente abstrato, enquanto metabolismo entre a humanidade e a natureza, é que a natureza geral do processo de trabalho fica inalterada, que é independente das formações sociais específicas (C I, 5, 215 e 223-224). Marx mostra no capítulo 5 como, ao processo de trabalho que produz valores de uso, sobrepõe-se agora a produção de valor que se valoriza pelo processo de valorização. Correspondente à análise da mercadoria enquanto unidade contraditória de valor de uso e valor, o processo de produção capitalista é concebido como uma “unidade do processo de trabalho e do processo de valorização” (C I, 5, 239). Para definir o **processo de valorização**, Marx deve compreender o processo de produção de valor,

e para isso, resolver o enigma da fonte do valor. Marx tinha visto, na sua pesquisa, que a simples análise do trabalho “sem qualificativos” dos economistas como Smith e Ricardo, tropeçava “forçosamente por toda a parte em problemas que não consegue explicar” (Marx *apud* Jappe, 2006: 65). Marx, superando esse limite, reconhece que o caráter duplo da mercadoria se desdobra no caráter duplo do trabalho. Ele chega assim à determinação da força de trabalho enquanto mercadoria, com valor de uso e valor. O valor de uso da força de trabalho, que o distingue do resto das mercadorias, é a própria capacidade de produzir valor (C I, 4). O processo de valorização é o processo de formação de valor prolongado além do ponto em que se produz um equivalente ao valor da força de trabalho pago pelo capital, ou seja é um processo de produção de valor que se valoriza, produção de mais-valia (C I, 5, 236). Nesse percurso, Marx chega à categoria de **capital variável**, contraposta à de capital constante, categorias às quais não tinha chegado a economia política clássica, obturando a compreensão da fonte de criação de valor. Capital variável é a parte do capital convertida em força de trabalho que cambia seu valor no processo de produção (C I, 6, 252). A taxa de mais-valia é determinada como a “proporção entre a mais-valia e o capital variável”. Em outros termos, também se expressa como a “proporção entre o trabalho excedente e o trabalho necessário” (C I, 7). Deduz-se que a procura desmedida do capital em valorizar-se leva à necessidade de aumentar a diferença entre estas duas magnitudes. Uma primeira alternativa para atingir esse resultado é aumentar o trabalho excedente alongando a própria jornada de trabalho, o que Marx chama de **mais-valia absoluta**. É uma alternativa que se defronta com barreiras físicas e morais (C, I, 8, 279). Mas, o valor da força de trabalho mantém-se constante “sob determinadas condições de produção, em determinado estadio do desenvolvimento econômico da sociedade”. A superação histórica desse limite abre uma nova alternativa para o aumento da mais-valia: que o valor da força de trabalho diminua. É o que ele chama de **mais-valia relativa**. Havendo determinado o valor da força de trabalho como o valor dos meios de sua sobrevivência, e o valor destes como o tempo socialmente necessário para sua produção, Marx chega à conclusão de que para baixar o valor da força de trabalho, é preciso reduzir o tempo socialmente necessário para a produção dos meios de sobrevivência dos trabalhadores. Isso requer um aumento da força produtiva do trabalho, entendido, como uma “modificação no processo de trabalho pelo qual seja reduzido o tempo de trabalho socialmente requerido para a produção de uma mercadoria, ou seja que uma quantidade menor de trabalho adquira a capacidade de produzir uma quantidade maior de valor de uso” (C I, 10, 382). Com a mais-valia relativa “o capital **tem que revolucionar** as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, e portanto o próprio modo de produção” (C I, 10, 379-382).

A *desmedida* do processo capitalista de acumulação **transfere-se para o próprio desenvolvimento da força produtiva**, pois ele é guiado pela procura infinita de mais-valia, “sem referencia externa ao capital”. A procura constante de condições superiores de produção ou da adaptação às “condições normais de produção”, ao padrão normal dos fatores objetivos por parte do capitalista, é a medida nessa motivação desmedida em desenvolver a força produtiva do trabalho. “O capital, tendendo a enriquecer-se sem limites, tende por sua vez a uma ampliação ilimitada das forças produtivas” (Marx, 1980: 145). Já observamos que a magnitude do valor estava determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de valor de uso, nas condiciones normais de produção vigentes. É importante notar que pelo processo de transformação das condições técnicas de produção, o tempo de trabalho socialmente necessário, além de se impor enquanto norma imposta pela concorrência, vira cada vez mais nesse processo uma condição técnica. Nesse processo, **os fatores objetivos vão se adaptando ao trabalho abstrato como substancia do valor e ao tempo socialmente necessário como magnitude do valor.**

Na “Grande Indústria”, capítulo mais longo dos três livros d'*O Capital* (C I, 13), Marx mostra o processo histórico de **subsunção real**, isto é a maneira como o processo de valorização comandou e imprimiu a sua lógica no processo de trabalho e no processo de reprodução social como um todo. Marx mostra como os próprios elementos simples do processo de trabalho sofrem uma metamorfose: a máquina, de mediação do trabalho transforma o trabalho vivo do operário em sua própria mediação. No processo de valorização, os meios de produção viram meios de absorção de trabalho alheio. “Já não é o operário quem emprega os meios de produção, mas os meios de produção os que empregam o operário”. Marx chama a atenção para a “**transmutação -peculiar e característica da produção capitalista-** da relação que medeia entre o trabalho morto e o trabalho vivo, entre o valor e a força criadora de valor” (C I, 9, 376-7). **Inverte-se a relação sujeito-meio:** o sujeito vira meio e o meio vira sujeito e, desta maneira, de meio de trabalho torna-se em meio de tortura, substituto, assassino, antítese direta, potência hostil em relação ao sujeito (C I, 13, 515-30). Com a maquinaria transformada em automato essa transmutação entre o trabalho morto e o vivo “adquire uma **realidade tecnicamente tangível**” (C I, 13, 515). Esse trabalho inanimado adquire vida. A máquina individual é substituída por “um monstro mecânico cujo *corpo* enche fábricas inteiras e cuja força demoníaca, oculta no início pelo movimento quase solenemente acompassado de seus *membros* gigantescos, estoura agora na *dança* loucamente febril e vertiginosa de seus inúmeros *órgãos* de trabalho” (C I, 13, 464; itálica nossa). O uso feito por Marx das metáforas biológicas (corpo, membros, órgãos, dança) não é mera licença poética. Elas conferem vida ao

sistema de máquinas e mostram que o sujeito automático do capital, revolucionando as condições técnicas, forjou o meio de trabalho à sua imagem e semelhança. Deu vida a um sistema automático que secundariza a mão do homem. O sistema de máquinas, como autômato, é a **materialização do sujeito automático do capital**. Daí se segue a determinação da submissão do trabalho do homem de carne e osso, apontada como essência da produção capitalista, como um *fato tecnológico*; e do domínio do trabalho passado sobre o vivo não só enquanto domínio social, exprimido na relação entre capitalista e operário, senão também enquanto *verdade tecnológica* (Marx, 1980: 159-60). E a afirmação, no capítulo 6 inédito do livro I d'*O Capital* (1978: 55), de que com a produção de mais-valia relativa “surge (inclusive do ponto de vista tecnológico) um *modo de produção especificamente capitalista*, sobre cuja base e com o qual se desenvolvem ao mesmo tempo as relações de produção – correspondentes ao *processo de produção* capitalista”. Em outros termos, o modo capitalista de produção é “um *modo de produção tecnologicamente específico que metamorfoseia a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais*” (*idem*: 66).

Ora, as alusões ao caráter monstruoso, demoníaco, louco, febril, vertiginoso desse corpo advertem sobre a criação de um poder que pode **fugir do controle** do criador. Marx e Engels (1997) já tinham anunciado na célebre passagem do Manifesto do Partido Comunista que “a sociedade burguesa moderna que desencadeou meios tão poderosos de produção e de intercâmbio, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as forças subterrâneas que invocara”. Considerando que o capitalista está interessado não no valor absoluto da mercadoria mas na mais-valia inserida nela e que possa realizar na venda, é possível resolver o enigma consistente em que o capitalista “vise constantemente reduzir o valor de troca das mercadorias” ao compreender que “um mesmo e idêntico processo”, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, “abarata as mercadorias e acrescenta a mais-valia contida nelas”. A tecnologia tende a substituir trabalho vivo pelo trabalho morto, socavando a própria fonte de produção de valor. Portanto, o emprego da maquinaria para a produção de mais-valia, “implica numa **contradição imanente**, pois dos dois fatores da mais-valia fornecida por um capital de uma certa magnitude, um fator, a taxa de mais-valia, só aumenta na medida em que o outro factor, o número de operários, se reduz”. A contradição manifesta-se no momento em que uma inovação se generaliza e “o valor da mercadoria produzida a máquina devém valor social regulador de todas as mercadorias da mesma classe” (C I, 13, 496). **O desenvolvimento capitalista é a tentativa nunca absolutamente bem-sucedida de resolver essa contradição**. Muitas tendências verificadas no uso e no desuso de tecnologia, no percurso e no ritmo do desenvolvimento tecnológico, são expressões dessa tentativa, das

determinações e contradições da força produtiva do capital. Uma tendência analisada por Marx é o **alongamento da jornada de trabalho** para *compensar*, por meio do aumento não só da mais-valia relativa mas da absoluta, a diminuição do número proporcional dos operários explorados (C I, 13, 496). Percebe-se assim que, na verdade, a mais-valia absoluta não é uma forma historicamente superada de aumento da mais-valia, mas volta a aparecer pela própria contradição imanente do uso da máquina para a procura de mais-valia relativa. Ao mesmo tempo que alonga a jornada de trabalho dos trabalhadores empregados, gera uma **população excedente**, desempregada, uma “*população operária supérflua*, que não pode se opor a que o capital lhe dite a sua lei” (C I, 13, 497). Parte dessa população excedente vai ter a função de “exército industrial de reserva”, num movimento de atração e repulsão que segue os ciclos econômicos (C I, 13, 552 e 583). Outra parte será uma “massa marginal”, que já não será incorporada produtivamente (José Nun, Cfr. 2001, entrando em polêmica com Fernando Henrique Cardoso, mostrou por volta de 1970 como a massa marginal já estava presente na formulação categorial de Marx). A população supérflua num todo é um **resultado do uso capitalista da máquina e ao mesmo tempo é base para o aprofundamento do uso capitalista da máquina**, retro-alimenta a possibilidade de alongar a jornada de trabalho. Além de novas *condições*, a tecnologia enquanto capital gera também “*novos motivos* que chicoteiam sua fome raivosa de trabalho alheio” (C I, 13, 491). Por exemplo, o “desgaste moral” pelo qual a máquina perde valor na medida em que é possível reproduzir máquinas do mesmo modelo a menor preço ou porque aparecem máquinas melhores que concorrem com ela (C I, 13, 493), que gera a tendência imanente da produção capitalista de se apropriar de trabalho alheio as 24 hs do dia (C I, 8, 309), pois “quanto mais breve o período no qual se reproduz seu valor total, menor o risco de desgaste moral, e quanto mais longa a jornada de trabalho mais breve será esse período” (C I, 13, 493). E, ao lado desse alongamento da jornada de trabalho, a **intensificação** da produção (C I, 13, 499-500). Essa tendência à intensificação da produção e ao alongamento da jornada de trabalho, junto com uma maior produtividade do trabalho gera uma **produção cada vez maior de produtos** e o capital defronta-se com o **problema da realização do valor**, que ocorre na venda efetiva dos produtos no mercado e possibilita o início de um novo ciclo de produção. Gera-se a necessidade de **novos mercados** e, por conseguinte, de novos meios de comunicação e transporte. Os meios de comunicação e transporte, enquanto condições gerais do processo social de produção, também sofrem a pressão capitalista da intensidade (C II, 14, 304-5). Esta manifesta-se na necessidade de **encurtar o tempo de circulação do capital**, isto é, do ciclo em que volta à produção, o ciclo de produção-circulação-consumo. A desmedida da

acumulação de capital exprime-se na determinação das **forças produtivas como necessidade autonomizada de crescimento exponencial**, processo que adquire um caráter “economicamente absurdo e ecologicamente desastroso”, pois dado que cada produto isolado contém sempre menos valor, “é preciso inundar o mundo com uma maré irresistível de produtos” que encontra os limites do consumo e limites naturais (Kurz, 1995). Inverte-se a formulação segundo a qual a necessidade é a mãe das invenções. Ao ser impelido a se adequar ao padrão tecnológico dominante, em permanente transformação, a invenção se torna mãe da necessidade (Marcuse, 1999: 80-1). O desenvolvimento da força produtiva é um impulso que não tem mais referência do que o próprio processo de autovalorização. Isso leva, por um lado, a uma **sobreprodução tecnológica** em relação às necessidades humanas, e por outro, pelas mesmas determinações e motivações, a uma **limitação no uso da tecnologia** (Cfr. C I, 13, 478-80).

No primeiro sentido, a desmedida exprime-se como “progresso infinito e desenfreado da acumulação”. Mas a perda de referência em si mesma da autovalorização leva à sobreprodução, isto é, à produção em excesso, já não em relação às necessidades de consumo mas em relação “às necessidades do próprio capital” (Grespan, 1999: 144-5). **A crise de sobreprodução, como manifestação da desmedida no segundo sentido, gera um impulso ainda maior para a inovação tecnológica.** A crise gera uma desvalorização do capital fixo que motiva a sua renovação, não determinada por condições técnicas ou materiais, mas por seu caráter de capital, pois “são principalmente as catástrofes, as crises, as que obrigam a tal renovação precoce da maquinaria industrial numa escala social maior” (C II, 8, 206). Há aqui “sobreprodução tecnológica” em relação às necessidades do próprio capital. A desvalorização dali resultante é contrária à procura constante do capital em se auto-valorizar, e implica uma tendência permanente, ainda que contraditória, à auto-negação do capital. Daí a distinção entre os benefícios da introdução da máquina para a produção capitalista em conjunto e para o capitalista individual. A introdução da máquina para reprimir qualquer pretensão de autonomia por parte do trabalho, contra as greves, contra as reivindicações de aumento de salário, é apenas um caso específico no qual a máquina “entra em cena *intencionalmente* como forma do capital hostil ao trabalho”. Mas em geral, num processo tautológico e auto-destrutivo, o capital diminui “prescindindo da sua vontade” a massa de mais-valia que pode produzir um determinado capital (Marx, 1980: 50, 64 e 156).

As forças produtivas como objeto de crítica e a perspectiva da sua abolição

Supor que as categorias históricas específicas do capital tem uma vigência eterna na história e desenvolvimento da humanidade leva a tomar como *ponto de vista* da crítica aquilo que em Marx era *objeto* de crítica (Cfr. Postone, 2009: 308). E tomar como ponto de vista essas categorias leva à perspectiva de sua afirmação. Ao contrário, a crítica que mostra a historicidade dessas categorias leva à perspectiva de sua abolição. A crítica marxiana do capitalismo apontava para a abolição do proletariado, enquanto classe e enquanto trabalho que essa classe fazia (Cfr. *Idem*: 312). Na *Ideologia Alemã*, Marx apontava que ao contrário de todas as revoluções anteriores, “a revolução comunista é dirigida contra o *modo* anterior de atividade, suprime o *trabalho* e supera a dominação de todas as classes ao superar as próprias classes” (Marx e Engels, 1982: 108). A crítica da economia política de Marx constitui uma crítica da existência da economia enquanto tal. Lukács apontava que a economia socialista teria que “perder a sua imanência, a sua autonomia, que dela faziam propriamente uma economia; deverá ser suprimida enquanto economia” (*apud* Jappe, 2006: 213). No caso do trabalho, a crítica do trabalho enquanto tal, e a perspectiva de sua abolição, não significa eliminar o metabolismo do homem com a natureza.

Uma crítica do capitalismo que se faça desde o ponto de vista das forças produtivas, isto é, em nome delas, leva à sua afirmação, à perspectiva muito comum de pretender libertar as forças produtivas dos grilhões que significam as relações de produção desse modo de produção.

A exposição lógico-histórica da categoria forças produtivas, reforçada pela evidência do esbanjamento e destruição de forças naturais, humanas e sociais em curso no capitalismo contemporâneo, nos leva a afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas tem se tornado, de tarefa histórica, em condição regressiva para a emancipação. Trata-se de **abolir as forças produtivas, no sentido da sua supressão e superação**. Determinar esse sentido da abolição das forças produtivas é fundamental, pois, numa perspectiva emancipatória não podemos furtar-nos ao desafio da objetivação das capacidades humanas e da materialização de uma outra sociedade num sentido **não idealista nem regressivo**.

Vimos que as forças sociais se incarnaram de uma maneira **muito específica** enquanto força produtiva do capital. Na constituição da força produtiva, é o processo de valorização, e portanto as necessidades do capital e não a satisfação das necessidades humanas, que determinam o percurso e ritmo do desenvolvimento e aplicação tecnológica, e a abrangência do seu uso. Os fatores objetivos, se adaptando ao trabalho abstrato como substância do valor, e ao tempo socialmente necessário como magnitude do valor, adquiriram uma desmedida em dois sentidos. Em relação às necessidades humanas, posto que o seu fim é o da autovalorização do valor. E em relação às necessidades do próprio capital, quando a

contradição imanente é efetivada na crise de sobreprodução. A crise intensifica a inovação tecnológica. Ao mesmo tempo, a crise aprofunda as determinações capitalistas da tecnologia, isto é, o seu caráter de força produtiva. Por um lado, um uso intensivo da tecnologia na procura de aumentar a mais-valia, com o decorrente abuso das fontes da riqueza, força de trabalho e natureza, chegando ao ponto da sua destruição ou esgotamento antecipado. Por outro, uma restrição do uso da tecnologia em casos em que, significando uma vantagem do ponto de vista humano, de se libertar de tarefas pesadas e/ou rotineiras passíveis de serem feitas por uma máquina, ganhando tempo para atividades mais criativas ou humanizadoras, não traz benefícios no aumento da mais-valia. Finalmente, o direcionamento do próprio percurso do desenvolvimento tecnológico segundo as necessidades do capital. As forças produtivas, uma das abstrações reais do capital, são essa forma histórica específica em que as capacidades humanas se desdobram numa potencialidade oculta e reprimida e numa realidade aparente na sua configuração material. Essa forma contém em si mesma o incumprimento da promessa técnica donde a dualidade atual entre potencialidade assombrosa e realidade horrorosa.

Reconhecendo o caráter abstrato, autonomizado, tautológico, das forças produtivas enquanto forma específica do capital, falar em **forças produtivas que respondem a necessidades sociais é uma contradição nos termos**. Não pode haver uso reflexivo e consciente de uma forma inerentemente irreflexiva. A efetivação da potencialidade oculta e reprimida das forças produtivas coincide com a sua abolição enquanto forma específica. Abolir as forças produtivas não implica na eliminação da dimensão técnica, da engenhosidade, no desenvolvimento do homem. Implica quebrar seu caráter autonomizado e tautológico. Marx imaginava que “numa sociedade comunista a maquinaria teria um campo de ação muito diferente daquele que tem na sociedade burguesa” (C I, 13, 478, nota 116bis). A abolição das forças produtivas significaria a possibilidade de utilizar a técnica com outros parâmetros que a eficiência ditada pela valorização, que a produtividade visando a competitividade na concorrência por fatias do mercado. A possibilidade de se apropriar da produtividade como um meio para atender as necessidades humanas. Mesmo não tratada em termos de abolição das forças produtivas, a necessidade de outra forma de relação com a técnica está presente em diferentes autores sob termos diversos. Podemos falar na “contradição entre as capacidades elaboradas pela espécie humana e a sua forma efetiva alienada” (Jappe, 2006: 156). Na determinação dos “**conhecimentos e capacidades produtivas socialmente gerais**” possíveis de serem efetivados “se a riqueza social for a forma social da riqueza” (Postone, 2006: 478). Jacques Ellul (1968: 80), na sua crítica do que ele chamou de “civilização técnica”, não

propunha simplesmente outro tipo de técnica, ou outro tipo de uso da técnica existente, mas enxergou desesperadamente a necessidade de um mundo social onde a “**conciliação do homem e da técnica** seja possível”. Isso ajuda na distinção entre a força produtiva, uma forma específica de tecnicidade determinada pelo capital, e outra forma baseada na “interação da eficácia técnica e da decisão eficaz do homem em face dela”.

A partir da apropriação *objetiva* pelo capital das condições do desenvolvimento das potências produtivas do homem “a força produtiva aparece como se o capital a possuísse por natureza, como sua força produtiva imanente” e “a cooperação mesma aparece como forma específica do processo capitalista de produção” (C I, 11, 405-7). É um **obstáculo subjetivo com bases objetivas** a dificuldade de distinguir entre as forças produtivas, forma específica do capital, e o potencial desenvolvimento da cooperação e das capacidades do homem. O fetichismo do capital “consiste não só na ilusão de que o capital também é uma fonte de produção de valor, mas principalmente em seu poder efetivo de subordinar o trabalho e as condições de sua autovalorização, crescendo e expandindo sua dominação às várias esferas da vida econômica” (Grespan, 1999: 125). A concentração e centralização do capital concentra também o poder e o controle sobre as condições da produção social e aprofunda a identificação subjetiva das forças produtivas do capital com as capacidades do homem. Por outro lado, essa identificação vê-se também fortalecida pela velocidade fantástica nas inovações e aplicações tecnológicas que o capital produz em alguns ramos da indústria, base para utopias tecnológicas que substituem em grande medida às utopias sociais. Mas, estando as necessidades humanas subsumidas hoje pelas necessidades do capital, as necessidades tecnológicas hoje produzidas devem ser avaliadas enquanto necessidades do capital e não como um simples desenvolvimento natural da humanidade no seu avanço civilizatório.

A abolição das forças produtivas não é uma nova técnica, mas uma nova forma de sociabilidade que lide reflexivamente com a técnica. Trata-se, para isso, da **superação dessa forma específica de mediação social que é o capital**. Como tentamos mostrar, isso não significa superar os constrangimentos que o capital impõe às forças produtivas, pois *as forças produtivas fazem parte dos constrangimentos do capital*. A questão não é “se uma estrutura estática pode ou não ser transformada, mas se uma estrutura dinâmica, que supõe uma transformação permanente, pode, ela mesma, ser superada” (García López, 2006: 31).

Dissemos antes que a abolição das forças produtivas deixava em pé o desafio da **objetivação das capacidades humanas**, da materialização de uma outra sociedade num sentido não idealista nem regressivo. Podemos afirmar agora que a **abolição das forças produtivas, que é num mesmo movimento a abolição do valor, é uma condição** para enfrentar esse desafio.

É preciso, então, **denunciar as ideologias de estabilização**, combater as ilusões abstratas, que vêm mais uma vez **justificar a missão civilizatória do capital com suas promessas incumpríveis**.

BIBLIOGRAFIA

- ▲ ADORNO, T. W. “Sociedade industrial ou capitalismo tardio?” in: COHN, G. *Theodor W. Adorno*. Col. Grandes Cientistas Sociais. pp. 62-75. São Paulo: Ática, 1986.
- ▲ AMIN, S. “O Capitalismo Senil” in: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, no 11, p. 79-102, Rio de Janeiro, dezembro 2002 . Disponível em: http://www.sep.org.br/revista_artigo/revista116.pdf
- ▲ BEINSTEIN, J. *La larga crisis de la economia global*. Buenos Aires: Corregidor, 1999.
- ▲ _____. “Rostros de la crisis. Reflexiones sobre el colapso de la civilización burguesa” - UNAM (10/2008). 2008.
- ▲ _____. “La crisis en la era senil del capitalismo. Esperando inútilmente al quinto Kondratieff” – Viejo Topo (02/2009). 2009a
- ▲ _____. “En la ruta de la decadencia. Hacia una crisis prolongada de la civilización burguesa” - Herramientas (04/2009). 2009b.
- ▲ _____. “En el comienzo de un largo viaje . Crepúsculo del capitalismo, nostalgias, herencias, barbaries y esperanzas a comienzos del siglo XXI ”. Em: <http://www.rebellion.org/docs/97125.pdf>. 2009c.
- ▲ ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- ▲ GARCIA LOPEZ, J. “Introducción” em: POSTONE, Moishe. *Tiempo, trabajo y dominación social: una reinterpretación de la teoría crítica de Marx*. Madrid: Marcia Pons, 2006.
- ▲ GRESPAN, J. L. S. *O negativo do capital*. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. 2a impressão. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ▲ JAPPE, A. *As aventuras da mercadoria*. Lisboa: Antígona, 2006.
- ▲ KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ▲ _____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ▲ _____. “Com todo o vapor ao colapso” [1995] em: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora, Editora UFJF – Pazulin. 2004b.
- ▲ _____. “A ascensão do dinheiro aos céus” [1995]; “Antieconomia e antipolítica” [1997]; “O capital e a história” [2009a]; “Sobreprodução” [2009b]. Disponíveis em: <http://planeta.clix.pt/obeco/>
- ▲ LUKÁCS, G. “El cambio funcional del materialismo histórico” em: *Historia y consciencia de clase*. 2a edição. Barcelona: Grijalbo, 1975.
- ▲ MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- ▲ _____. *El Capital. Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. México: Siglo XXI, 1988.
- ▲ MARCUSE, H. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ▲ _____. “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna” in *Tecnologia, guerra e fascismo*. pp. 73-104. São Paulo: Unesp, 1999.
- ▲ MARX, K. *El Capital*. I, II e III. Mexico – Buenos Aires: Siglo XXI Editores. 2002-2006.

- ♣ _____ . *O Capital*. Capítulo VI (inédito). São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- ♣ _____ . “Prefacio de Para a Critica da Economia Política” em *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- ♣ _____ . *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. 1857-1858. I, II e II. México: Siglo XXI Editores, 2002-2005.
- ♣ _____ . *Capital y tecnología*. Manuscritos inéditos (1861-1863). México: Ed. Terra Nova, 1980.
- ♣ MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Editorial Avante!, 1997.
- ♣ _____ . *A ideologia alemã*. 3a edição. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1982.
- ♣ MENEGAT, M. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.
- ♣ _____ . *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ♣ _____ . Notas de aula – curso *Teoria crítica no Brasil*. 2008/1. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008a.
- ♣ _____ . Notas de aula – curso *Marxismo ocidental*. 2008/2. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008b.
- ♣ _____ . “Sem lenço nem aceno de adeus. Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?” Em: *Revista Praia Vermelha*. Política Social e Serviço Social: elementos históricos e debate atual. Nº 18. 1er semestre de 2008. 2008c.
- ♣ NUN, J. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- ♣ POSTONE, M. “Labor and the logic of Abstraction: An interview (with Timothy Brennan)” em: *The South Atlantic Quarterly*. Vol 108. No 2. pp 305-330, Spring 2009.
- ♣ _____ . *Tiempo, trabajo y dominación social: una reinterpretación de la teoría crítica de Marx*. Madrid: Marcia Pons, 2006.
- ♣ _____ . “Necessity, labour and time: a reinterpretation of the marxian critique of capitalism”. *Social Research* 45. pp. 739-788 . Versão em português disponível em: <http://obeco.no.sapo.pt/mpt2.htm>. 1978.
- ♣ ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de El capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. 7a ed. México: Siglo XXI, 2004.
- ♣ RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ♣ WOOD, E. *Democracia contra capitalismo*. México: Siglo XXI, 2000.